



**CONGRESSO INTERNACIONAL
LITERACIA EM SAÚDE E AUTOCUIDADOS
EVIDÊNCIAS QUE PROJETAM A PRÁTICA CLÍNICA**

**CONGRESO INTERNACIONAL
ALFABETIZACIÓN EN SALUD Y AUTOCUIDADO
EVIDENCIAS QUE DISEÑAN LA PRÁCTICA CLÍNICA**

**28, 29 de abril 2021
Online**

**Organização:
INFAD, Instituto Politécnico de Bragança, Escola
Superior de Saúde**

Libro de Resumes
Livro de Resumos



FICHA TÉCNICA:

Título: Congresso Internacional Literacia em Saúde e Autocuidados:
Evidências que Projetam a Prática Clínica: livro de resumos

Congreso Internacional Alfabetización Salud y Autocuidado: Evidencias
que Diseñan la Práctica Clínica: libro de resúmenes

Editores:

Florêncio Vicente Castro, INFAD

Adília Fernandes, Instituto Politécnico de Bragança

Ana Maria Galvão, Instituto Politécnico de Bragança

Revisora:

Clarisse Pais, Instituto Politécnico de Bragança

Editor:

Instituto Politécnico de Bragança – 2021

Campus de Santa Apolónia

5300-253 Bragança

Portugal

ISBN: 978-972-745-292-7

EVOLUÇÃO DA PREVENÇÃO E COMBATE À OBESIDADE EM PORTUGAL AO NÍVEL DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

Ana Maria Galdes Rodrigues Pereira

Instituto Politécnico de Bragança, Avenida D. Afonso V, 5300-121 Bragança, Portugal, CIMO - Centro de Investigação de Montanha, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal

“(…)o reconhecimento político da necessidade de implementar estratégias nesta área, não é o resultado do acaso. Reflete a necessidade de intervir com urgência num problema de difícil resolução (a alimentação inadequada da maioria da população) e, por outro lado, o acumular de evidência que sugere a possibilidade de modificar comportamentos populacionais(…)” (Gregório e Graça ,2019).

As políticas de alimentação e nutrição têm sofrido um processo evolutivo no âmbito do planeamento e modelos de intervenção, refletindo-se num conjunto concertado e transversal de ações, destinadas a melhorar o estado nutricional e a promoção da saúde da população¹. A evolução demográfica, social, económica e educacional, ocorrida em Portugal refletiu-se em alterações na saúde dos Portugueses². A alteração da disponibilidade alimentar em Portugal, hábitos alimentares inadequados e o índice de massa corporal elevado, constituem os principais fatores de risco para o total de anos de vida saudável perdidos (DALY) pela população portuguesa³.

POLÍTICAS NUTRICIONAIS EM PORTUGAL

Durante a década de 70, aquando da implementação do Serviço Nacional de Saúde, a política de saúde foi fortemente influenciada pelo desenvolvimento dos cuidados de saúde primários⁴, sendo dados os primeiros passos para a implementação de uma política alimentar em Portugal. Surgiu o Centro de Estudos de Nutrição integrado no Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, assumindo-se a educação alimentar como um compromisso político em Portugal. Na década de 80 e 90

ocorreram marcos importantes no contexto das políticas alimentares, nomeadamente a Criação do Conselho Nacional de Alimentação (CNA) pelo Decreto-Lei n.º 265/80, e a Adesão de Portugal à Rede Europeia de Escolas Promotoras de Saúde (REEPS), sendo criado o Centro de Apoio Nacional, responsável por apoiar as Escolas e os Centros de Saúde no desenvolvimento de projetos que promovam a saúde¹.

Na década de 2000, a obesidade esteve na origem de uma política integradora em resultado do reconhecimento a nível internacional da obesidade como um dos mais sérios problemas de saúde pública. A obesidade adquiriu proporções epidémicas, com graves implicações para a saúde pública por causa da morbilidade e mortalidade associadas^{5,6}. Neste contexto, foi implementado o Plano Nacional de Combate à Obesidade, como parte integrante do Plano Nacional de Saúde 2004-2010 . Este programa tinha como objetivo principal reduzir a prevalência da pré-obesidade e da obesidade em Portugal e previa um processo de colaboração e parceria entre vários setores, tais como setores públicos ao nível da saúde, educação e autarquias, setor privado e organizações não governamentais.

Em 2007 surge a Plataforma Contra a Obesidade, criada pelo Ministério da Saúde, através da Direção-Geral da Saúde. De acordo com o preconizado pela Carta Europeia de Luta Contra a Obesidade⁷, visava criar sinergias intersetoriais, voltadas para a redução da obesidade. Nas orientações estratégicas estabeleceram-se entre outras medidas: proposta de lei para reformulação da rotulagem das embalagens de alimentos de forma a tornar legível a informação nutricional; legislar sobre o *marketing* e publicidade de alimentos dirigidos a crianças e adolescentes, desenvolver normas de boas práticas destinadas à abordagem terapêutica do excesso de peso e da obesidade⁸.

No final de 2011 constituiu-se o primeiro Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) pelo Decreto-Lei nº 124/2011, de 29 de Dezembro, com orientações programáticas e objetivos específicos⁹⁻¹¹, entre eles: 1) Aumentar o conhecimento sobre os consumos alimentares da população portuguesa, seus determinantes e consequências; 2) Modificar a disponibilidade de certos alimentos, nomeadamente em

ambiente escolar, laboral e em espaços públicos; 3) Identificar e promover ações transversais que incentivem o consumo de alimentos de boa qualidade nutricional de forma articulada e integrada com outros setores; 4) Melhorar a qualificação e o modo de atuação dos diferentes profissionais que, pela sua atividade, possam influenciar conhecimentos, atitudes e comportamentos na área alimentar; 5) Encorajar a adesão a uma dieta saudável para melhorar o nível nutricional/prevenção e controle das doenças mais prevalentes a nível nacional, entre elas, a obesidade.

Através do Despacho nº 11418/2017 foi aprovada a Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS), desenvolvida por um grupo interministerial, apresentando um conjunto de 51 medidas organizadas em quatro eixos estratégicos. A EIPAS, funcionando de forma articulada com o PNPAS, têm desenvolvido estratégias/ações concertadas, no sentido da prevenção da obesidade, nomeadamente^{12,13}: 1- Orientações alargadas para a oferta alimentar em meio escolar e provenientes do Ministério da Educação a todos os níveis de educação e ensino, nomeadamente ao ensino superior; 2- Incentivo para que as empresas do setor agroalimentar reduzam o tamanho das porções dos alimentos e bebidas pré-embalados.; 3- Elaboração de protocolos para a redução da gramagem dos pacotes de açúcar e para a monitorização dos compromissos celebrados com os setores da indústria. Foi também aprovada a Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro que criou o “Imposto Especial de Consumo de Bebidas adicionadas de Açúcar ou Edulcorantes”, a Lei n.º 30/2019 de 23 de abril que introduz restrições à publicidade dirigida a menores de 16 anos de géneros alimentícios e bebidas que contenham elevado valor energético, teor de sal, açúcar, ácidos gordos saturados e ácidos gordos transformados, assim como o Despacho n.º 7516-A/2016, que limita a venda alguns produtos alimentares nas máquinas de venda automática, pelas instituições do Ministério da Saúde.

Desde 2012, o PNPAS tem colaborado com o Programa FOOD (*Fighting Obesity Through offer and Demand*), iniciativa de diversos parceiros europeus, que tem como objetivo a adoção de estilos de vida saudáveis por parte dos trabalhadores, promovendo a oferta e a procura de uma alimentação equilibrada.

CONCLUSÃO

Portugal assistiu, ao longo dos últimos anos a uma transição nutricional, que se caracteriza pelo aumento da esperança média de vida, com predominância de doenças relacionadas com hábitos alimentares, nomeadamente a obesidade. Tendo a OMS reconhecido que mais de 50% da população mundial será obesa em 2025 se não forem tomadas medidas drásticas para prevenir e tratar a obesidade, o combate desta epidemia deve ser um objetivo prioritário de todas as políticas alimentares. O trilhar de um caminho que necessita de uma mobilização de todos, decisores políticos, serviços de saúde, compromisso da indústria alimentar, envolvimento das escolas, sensibilização das famílias, da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- Graça P, Gregório MJ. Evolução da política alimentar e de nutrição em Portugal e suas relações com o contexto internacional. Revista SPCNA: volume 18 : nº 3; 2012.
- 2- Campos AC, Simões J. 40 Anos de Abril na Saúde. Lisboa: Almedina; 2014.
- 3- Direção-Geral da Saúde. A Saúde dos Portugueses - Perpetiva 2015. Lisboa: Direção- Geral da Saúde; 2015.
- 4- Sakellarides C, Reis V, Escoval A, Conceição C, Barbosa P. O futuro do sistema de saúde português: Saúde 2015. Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2005.
- 5 World Health Organization. Obesity: Preventing and Managing the Global Epidemic: Report of the WHO Consultation of Obesity. Geneve: World Health Organisation; 1997.
6. World Health Organization. Obesity: preventing and managing the global epidemic. Geneve: World Health Organization; 2000.

7-World Health Organization - Conferência Ministerial da Organização Mundial de Saúde Europeia sobre a Luta contra a Obesidade – Carta Europeia de luta contra a obesidade. Turquia, Novembro; 2006.

8-Ministério da Saúde, Direção-Geral da Saúde. Plataforma contra a Obesidade. 2007. Disponível em: <http://www.dgs.pt>

9-Direção-Geral da Saúde. Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável - Orientações Programáticas. Direção-Geral da Saúde: Direção Geral da Saúde; 2012.

10-Diário da República, 2.a série — N.o 10 — 13 de janeiro de 2012.

11- Direção-Geral da Saúde. Programa nacional da promoção da alimentação saudável-orientações programáticas. Lisboa; 2012.

12-Direção-Geral da Saúde, Ministério da Saúde. Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável. Relatório de progresso semestral. Lisboa; 2019.

13 Graça, P, Gregório MJ, Freitas MG . A Decade of Food and Nutrition Policy in Portugal (2010–2020). Port J Public Health; 2020.

